

**ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados João César Mattogrosso e Junior Mochi, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao deputado Junior Mochi que assuma a segunda-secretaria e proceder à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Junior Mochi - MDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados, deputadas, público aqui presente e a todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. "*Ata da Quadragésima Sétima Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Cinquenta e Três da Quadragésima Sexta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: e-mail da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 692 e 981/2026, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; e-mail de Diana Pache Rodrigues. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Renato Câmara, Marcio Fernandes e Paulo Duarte Hashioka. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lidio Lopes, Gleice Jane, Zé Teixeira e Caravina. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp e Zé Teixeira. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 236/2024, de autoria dos deputados Mara Caseiro, Gleice Jane, Lia Nogueira, Pedrossian Neto e Professor Rinaldo. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 251/2025, de autoria do deputado Pedrossian Neto; Projeto de Lei nº 264/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçadas aos familiares de Alberto Sebastião Alvarenga e Francisco da Conceição Silva; requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Londres Machado, endereçada aos familiares de Juscelino Alves de Queiroz e Ozório da Silva Figueira; requerimento de moção de Congratulação, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada à doutora Elaine Aparecida Soligo, prefeita do município de Aral Moreira, e a sua secretária municipal de Educação, Cultura e Esporte, senhora Marta Vieira Leite, pelo resultado alcançado no IQE-MS (Índice de Qualidade de Educação de Mato Grosso do Sul) em 2025, ficando com a primeira colocação entre todos os 79 municípios; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João César Mattogrosso, endereçada ao Conselho Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Cetran-MS), representado pela sua presidente, Regina Maria*

*Duarte, extensiva a toda a equipe de coordenação, conselheiros, observadores certificados, parceiros e colaboradores envolvidos na realização da campanha Movimento Maio Amarelo Povos Indígenas 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao senhor Éderson José dos Santos Lourenço da Silva, em reconhecimento à sua trajetória de vida e à convocação para defender a Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria dos deputados Pedro Kemp e Gleice Jane, endereçada à CPT - Comissão Pastoral da Terra, estendendo-se às Dioceses de Corumbá, de Jardim e de Coxim, pela realização da II Romaria do Cerrado e I Romaria do Pantanal, realizada no município de Corumbá, nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à equipe do portal Primeira Página e da TV Morena, pela produção da série documental “Destinos Roubados: a Epidemia do Feminicídio” e pela realização do Fórum sobre Feminicídio e Violência contra a Mulher em Mato Grosso do Sul, transmitido em 29 de maio de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Caravina, endereçada ao policial civil Giancarlo Corrêa Miranda, pela eleição para o mandato 2026-2030 para a presidência da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis (Cobrapol), em reconhecimento à confiança depositada em sua liderança pelos representantes dos policiais civis de todo o Brasil; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Pedrossian Neto e Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Marcio Fernandes, Jamilson Name, Zé Teixeira, Hashioka, Paulo Duarte, Lucas de Lima, Pedro Kemp e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dez de junho do ano de dois mil e vinte e seis”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao deputado João César Mattogrosso que assuma a primeira-secretaria momentaneamente, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado João César Mattogrosso - PSDB) — Bom dia, senhor presidente em exercício e nobres pares. Bom dia, senhores e senhoras deputadas, a todos os presentes à Sessão e aos que nos assistem pela TV Alems. Expediente da Sessão Ordinária de 11 de junho de 2026: Ofício nº 1.262/2026, da Presidência da República, respondendo à moção de aplauso do deputado Zeca do PT (Prot. nº 830/2026); Ofício nº 53/2026, da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando liberação de pagamento da 4ª parcela do TC/PAC nº 0191/2012 (Prot. nº 1629/2026). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pela ordem de inscrição, com a palavra, o deputado Junior Mochi. Vossa Excelência pode fazer a leitura de suas proposições aqui da Mesa Diretora.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Obrigado, senhor presidente. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Grande — Apae/CG, em justa homenagem à sua extraordinária trajetória

institucional, marcada por quase seis décadas de dedicação ininterrupta à inclusão, à promoção da cidadania, à defesa dos direitos das pessoas com deficiência e ao amparo de milhares de famílias sul-mato-grossenses, constituindo-se em verdadeiro patrimônio social do Estado de Mato Grosso do Sul e referência nacional na promoção da dignidade humana, da igualdade de oportunidades e da justiça social. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado estadual Junior Mochi, em nome de seus pares e do povo sul-mato-grossense, manifesta sua mais elevada admiração, respeito e reconhecimento à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Grande — Apae/CG, instituição que há quase seis décadas se dedica, com excelência, sensibilidade e compromisso social, à promoção da dignidade humana e à inclusão das pessoas com deficiência. Indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp/MS), reiterando a Indicação nº 05090/2025, por meio da qual se solicita a doação de um veículo destinado ao atendimento das demandas da Comunidade Kolping São Francisco de Assis, entidade de relevante atuação social no município de São Gabriel do Oeste/MS. A presente solicitação atende ao pedido encaminhado pelo vereador Valdecir Malacarne, presidente da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste, por intermédio dos Ofícios nº 060/2026/CMSGO/GAB-PRES e nº 061/2026/CMSGO/GAB-PRES, cujas cópias seguem anexas. Moção de pesar. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Janir José Maggioni e de sua esposa, Sônia Aparecida Andrade da Silva. Sua partida deixa profunda saudade entre todos aqueles que tiveram o privilégio de conviver com eles. Janir era membro de uma família tradicional do município de Sonora, sendo irmão do ex-prefeito Zelir Antonio Maggioni, carinhosamente conhecido como "Mano", figura de destaque na história política da cidade. Ao lado de sua esposa, Sônia, construiu trajetória pautada nos valores da família, do trabalho, da honestidade e do respeito ao próximo, deixando exemplos de dignidade, simplicidade e companherismo. Moção de pesar. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Antônio Carlos de Matos, conhecido como "Caracu", em razão de seu falecimento ocorrido no dia 27 de maio de 2026, no município de Coxim. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos termos que seguem. Moção de pesar. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Leandro Rondora, em razão do seu falecimento precoce, fato que causou profunda comoção e toda comunidade coxinense. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos termos que seguem. E também duas moções de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Djanires Lageano Neto de Jesus, coordenador da Universidade da Maturidade (UMA/UEMS), em reconhecimento a sua relevante atuação acadêmica, científica e social na promoção da inclusão digital, da valorização da pessoa idosa e do fortalecimento das políticas públicas voltadas ao envelhecimento digno e à proteção dos direitos da população idosa, por ocasião da realização do Seminário de Inclusão Digital e Ancestralidade para Enfrentamento às

Violências Contra Pessoa Idosas, realizado em 1º de junho de 2026, no auditório da UEMS de Campo Grande. Também, senhor presidente, uma moção de congratulação à professora Eva Elise dos Santos Bumlai (Neca), Magnífica Reitora do Instituto Sul-mato-grossense de Ensino Superior (Insted), em reconhecimento a sua honrosa posse no cargo de reitora da instituição, destacando sua brilhante trajetória acadêmica e profissional, marcada pela dedicação à educação, pela valorização do conhecimento e pelo compromisso permanente com a formação humana intelectual. Se aprovada, a moção poderá ser regida nos termos que seguem. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu quero fazer um registro extremamente importante para todo o Mato Grosso do Sul, mas de modo muito especial para comunidade coxinense e toda a região norte. Ontem, o ministro Léo Barchini, que veio para participar de um ato de entrega na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no campus da nossa capital, declarou publicamente a aprovação do curso de Medicina para o campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em Coxim. Um sonho antigo que a gente persegue há cerca de 15 anos e que agora, após o apoio de muita gente, inclusive desta Casa, com o apoio da bancada federal de Mato Grosso do Sul, com o apoio da própria Universidade Federal, nas pessoas dos reitores, iniciando com a professora Célia, com o reitor Marcelo Turine e agora com a reitora professora Camila, dos técnicos da Universidade Federal e da nossa diretora do Campus de Coxim, estamos transformando o que era sonho em realidade. Então, com o compromisso do ministro na questão do código de vagas para contratação do profissional e com o compromisso da bancada na destinação de recursos para a construção do bloco para o curso de Medicina, é bem provável que até 2028 nós tenhamos a condição de ter o vestibular e ver a nossa comunidade ter o referido curso, com a transformação também do nosso Hospital Regional de Coxim em Hospital Universitário. É uma vitória extremamente positiva para toda a sociedade coxinense e de modo especial para a região norte do estado e para o Mato Grosso do Sul. Então, é com muita alegria que eu peço, pela ordem, para trazer essa notícia muito boa para o nosso estado, em especial para aqueles que sonham em frequentar um curso gratuito universitário de Medicina, o que eu acho extremamente importante para o nosso estado. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Quero citar e agradecer a presença dos estudantes do 1º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Senador Filinto Muller, do município de Fátima do Sul, que foram convidados pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gerson Claro. Agradecemos a presença de todos vocês, dos professores Ana Paula Menezes, Wagner Cordeiro Chagas, Rosemary de Fátima Amoroso Gonçalves, Bruno Fiorindo da Silva, Suelen Pires da Silva, Edilaine Mendes dos Santos e Darci Fagundes dos Santos. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: uma moção de congratulação (Prot. nº 1650/2026). De autoria do deputado Caravina: duas indicações

(Prot. nºs 01656/2026, 01655/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: seis indicações (Prot. nºs 1636/2026, 1635/2026, 1634/2026, 01633/2026, 01632/2026, 01630/2026); um requerimento (Prot. nºs 01638/2026, 01637/2026, 1631/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas indicações (Prot. nºs 01647/2026, 01646/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 01649/2026, 01648/2026). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nºs 01654/2026). De autoria do deputado Marcio Fernandes: duas indicações (Prot. nºs 01653/2026, 1651/2026). De autoria do deputado Roberto Hashioka: sete indicações (Prot. nºs 1642/2026, 01641/2026, 01640/2026, 01639/2026, 1643/2026, 01645/2026, 01644/2026).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores parlamentares, assistentes, público presente. Bom dia especialmente aos alunos da Escola Senador Filinto Muller, de Fátima do Sul, sejam bem-vindos. Bom dia a todos que nos acompanham pela TV Alems e pela Rádio Alems. Senhor presidente, somente duas indicações. A primeira indicação encaminhada ao senhor governador Eduardo Correa Riedel, solicitando estudos e providências para alteração do Decreto Estadual nº 11265, de 18 de junho de 2003, com a inclusão da carreira de oficial investigador de polícia entre as categorias contempladas pelo adicional de capacitação, de forma a valorizar o aperfeiçoamento contínuo, estimular a busca por qualificação profissional e fortalecer a eficiência da atividade policial. Na verdade esse é um pedido encaminhado pela categoria, pelos investigadores de polícia, que visam promover o aperfeiçoamento da política de valorização dos servidores da Polícia Civil com a capacitação contínua. Toda capacitação e investimento no policial é entrega de resultado para a população, pois quando se investe no profissional de segurança pública, o investimento é diretamente na melhoria do atendimento à população. Então, encaminho essa indicação para que seja analisada pelo governador e pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública a inclusão dessa valorização, aperfeiçoamento e qualificação profissional também para a carreira de oficial investigador de polícia. Hoje já existe esse adicional de capacitação na Polícia Militar e agora nós fazemos esse pedido para a carreira de investigador de polícia. A segunda indicação é que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, Artur Henrique Leite Falsete, solicitando a inclusão dos assentamentos São Luís, São João e Mercedina, localizados no município de Batayporã, no Programa MS Trifásico, visando a ampliar a capacidade energética disponível para as propriedades rurais e fortalecer a produção agropecuária da região. O Programa MS Trifásico foi lançado recentemente pelo Governo do Estado em parceria com a Energisa, para implantação do sistema trifásico nos assentamentos rurais. Nós sabemos da deficiência, principalmente para os pequenos produtores rurais, e várias regiões serão contempladas, especificamente Batayporã e a região de Nova Andradina, que não estão inclusas dentro do cronograma. Este pedido veio do vereador Lourinho, muito atuante no município de Batayporã, para que possam ser incluídos também os assentamentos São Luís e São João. Presidente, era só isso, obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado João Henrique. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Muito bom dia ao presidente em exercício, deputado Paulo Corrêa, é uma satisfação vê-lo aqui. Muito bom dia, deputado Junior Mochi, hoje secretariando esta Casa. Muito bom dia, nobres pares. Muito bom dia aos estudantes da Rede Estadual de Ensino, que se encontram presentes; é um prazer recebê-los em nossa Casa de Leis e uma honra para nós parlamentares recepcioná-los aqui. Quero cumprimentar os vereadores do município de Japorã, o Léo, o Gilberto e a Adriana, um prazer tê-los nesta Casa também nesta manhã. Eu também cumprimento todos que nos honram com a sua presença e aqueles que nos assistem através da TV Assembleia. Quero fazer um requerimento. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos (Agesul), senhor Gil Marcio Franco, solicitando a realização de estudos técnicos, visando à recuperação da rodovia MS-475, no trecho compreendido entre o distrito de Guassulândia até o entroncamento da MS-141, no município de Glória de Dourados. Essa é uma demanda antiga da população local, reiteradamente apresentada por este parlamentar, por moradores, produtores rurais, comerciantes, transportadores e demais usuários da via, que aguardam por anos a adoção de medidas efetivas por parte do poder público, para solucionar o problema existente no referido trecho. Segue a devida justificativa anexa, senhor presidente. Era o que tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Encerrado Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Deputada Gleice Jane, Vossa Excelência tem a palavra.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão da oradora — Bom dia, presidente e nobres colegas. Vou usar o Grande Expediente, porque tinha aqui alguns requerimentos para fazer, alguns questionamentos sobre a viagem que fiz no final de semana à região do Pantanal. Estive em Corumbá, em Ladário e também no Passo do Lontra, conversando com a população, ouvindo as demandas e discutindo um pouco sobre a pauta do meio ambiente, da vida das pessoas naquele local, e trago algumas preocupações a partir do que eu observei nesses espaços e nas escutas, na conversa com a população. Há algum tempo, em 2024, eu estive na região do Pantanal, depois daquele período do fogo, da fumaça que nós respiramos aqui e que nos trazia uma preocupação muito grande sobre como estava a vida das pessoas dentro da região do Pantanal. Durante o fogo, tanto em 2024 como no ano anterior que teve também grandes queimadas, as imagens que chegavam na capital e no interior eram basicamente de animais que estavam morrendo. Vimos muitas imagens de onças, passarinhos, jacarés, mas não vimos informações sobre as pessoas, como estavam as pessoas vivendo no meio do fogo e no meio da fumaça. Em 2024, eu fiz uma viagem logo após o fogo porque estava muito

incomodada com aquela situação, peguei um barco, subi o rio Paraguai e fui parando e conversando com a população ribeirinha. Foram dois dias de escuta à comunidade, e algo me chamou muita atenção. Em todos os lugares eu perguntava para a população ribeirinha o que pensava sobre como seria a vida no Pantanal nos próximos dez anos, e todas as pessoas respondiam com lágrimas nos olhos: "Não temos muita perspectiva e expectativa de permanência do Pantanal nos próximos anos, devido ao desmatamento e à situação que hoje a gente vive no Estado de Mato Grosso do Sul." Somando-se a isso, fizemos uma audiência pública em 2024, junto com os movimentos populares que estão cuidando do meio ambiente, do Cerrado, e lá discutimos sobre o desmatamento na área do Cerrado que interfere diretamente na vida do Pantanal e sobre como o desmatamento está destruindo as nascentes, prejudicando os rios e, por isso, secando o Pantanal. E uma das coisas sobre o que as pessoas falavam era que o problema no Pantanal não é o fogo; o fogo é comum, todo ano tem o fogo e ele faz parte do bioma. O problema é a seca, é a falta de água, e, com a seca, o fogo ficou sem controle naquela região em 2024 e corremos o risco de que isso aconteça novamente este ano. Temos muita preocupação com essa situação, com base na audiência pública, parte do seminário de que nós participamos, e nas discussões sobre a construção da romaria, que aconteceu nesse final de semana também em Corumbá, a qual trouxe pessoas de vários lugares do Brasil para entender a situação do Cerrado e do Pantanal aqui no Mato Grosso do Sul. Tenho me preocupado muito com o modelo de desenvolvimento do estado, que tem privilegiado políticas de incentivo à produção e às indústrias com incentivos fiscais que dão muito mais resultado para o empresário do que o meio ambiente. Nós temos na região do Bolsão um deserto de plantação de eucalipto; e chamamos de deserto porque trata-se de uma área de Cerrado, com árvores baixas e espaçadas. Mas ali nós temos uma grande plantação de eucalipto, que são árvores extremamente altas que buscam muita água e que não são adequadas para aquele solo. Dessa forma, os cientistas afirmam que nós temos um deserto porque há uma monocultura, um único tipo de plantação na região, que trará, com certeza, interferências na vida do Cerrado. E sem o Cerrado não tem Pantanal porque é no Cerrado que temos as nascentes. Esse processo de monocultura tem contribuído com o desmatamento e com a destruição das nascentes e, se nós não protegemos as nascentes, obviamente não teremos rios. Isso tudo somado às acusações que se fazem aos pescadores: nós tivemos um grande debate nesta Casa em que se afirmava que os pescadores eram responsáveis pela falta de peixe nos rios; e os pescadores dizendo que peixe tem, o que não tem é água. Tenho acompanhado isso muito de perto, visitando rios tanto da Bacia do Paraná, como da Bacia do Paraguai e vendo que as políticas que o Estado proporciona estão favorecendo as empresas de turismo, favorecendo as empresas que destroem o meio ambiente e desfavorecendo os trabalhadores e moradores desses locais. Nessa visita que eu fiz agora ao Pantanal, mais uma vez eu visitei a comunidade Antônio Maria Coelho, que está próxima à mineração no Pantanal, e algo me chamou muita atenção porque, às vezes, não temos notícias do que acontece. Nós sabemos que tem uma mineradora no Pantanal, que antes era tocada pela Vale e que hoje uma outra empresa está conduzindo o processo. O que as pessoas disseram é que quando era a Vale, havia uma responsabilidade maior com a população, mas agora tem uma outra empresa, ligada ao grupo JBS, explorando muito mais e cuidando muito menos, e a população está sofrendo todas as consequências desse

modelo de exploração. Esse modelo tem expulsado as pessoas e as comunidades ao redor da mineradora e tem colocado em risco a saúde das pessoas. Os moradores disseram que basicamente quase toda a população já teve ou tem problemas respiratórios. Tiveram problemas pulmonares e hoje sentem dores porque o excesso de mineração que está no ar, que está na água, está contaminando a vida das pessoas ao redor também. Uma outra reclamação que ouvi, também andando pelos assentamentos, é que na mineradora é utilizada água potável para lavagem de minério, mas lá no assentamento falta água potável. Então, temos uma desorganização e um desequilíbrio do modelo de desenvolvimento do estado que não está sendo compatível com a necessidade de produção de vida das pessoas nestes locais. A mineradora também tem explorado muito a região e trazido a necessidade de explorar os rios para o tráfego do minério, o transporte do minério, causando, também, uma preocupação muito grande dos moradores sobre os impactos ambientais no rio Paraguai. Ou seja, trago da região do Pantanal, mais uma vez, preocupações. E quando estive lá em 2024, algo me chamou muita atenção. A população ribeirinha que mora na região mais acima do rio, próximo à comunidade São Lourenço, não vota. E uma comunidade que não vota, não recebe a visita de prefeito, de vereadores, de deputados. E a comunidade disse para mim que quase nunca aparecem pessoas por lá. E disseram: "A senhora é a única, nos últimos anos, que apareceu aqui." A outra pessoa que esteve lá foi o deputado Zeca do PT, quando era governador, e o prefeito Rui. Somos os três únicos políticos que apareceram naquela região. A comunidade não vota porque a urna não chega lá. E para votar é muito caro; sair de uma região muito longe da cidade para pegar um barco e descer. Disseram que era em torno de R\$ 700 uma viagem, e para isso teriam que pagar esse valor para poder votar. Então, era mais fácil pagar a multa de R\$ 3,00 do que votar. Ou seja, uma população que não vota, que o político sequer busca o voto, também não dá retorno das políticas públicas. Fizemos já um requerimento ao Tribunal Regional Eleitoral para que tenha uma urna lá, para que melhore a vida dessa população. Outro ponto é a observação que venho fazendo, também, sobre a contaminação dos agrotóxicos nos rios, nos solos, sobre o modelo de desenvolvimento econômico que tem prejudicado o meio ambiente e prejudicado a nossa saúde. Como professora algo me chamou muita atenção. Vejo que temos aqui um grupo de escola, e as professoras também observam que nos últimos anos nós tivemos um aumento muito grande da educação especial. Ou seja, as crianças estão nascendo com deficiências ou neurodivergências. Algo está acontecendo no meio ambiente que está interferindo na nossa genética, no nosso corpo, na nossa saúde. Nos últimos anos, eu passei a ver as pessoas com alergias. Alergia a leite, alergia a trigo, alergia a ovo. Isso também não era comum. O que está acontecendo que nós estamos adoecendo? A interferência no meio ambiente do qual nós somos parte. A contaminação por agrotóxicos que vão para os rios, como no rio Dourados, que em uma conclusão de pesquisas somam mais de 33 agrotóxicos presentes no rio que fornece água para a cidade, produz interferência nas nossas vidas e na nossa saúde. E é sobre isso que precisamos discutir com muita seriedade. Nesse sentido, eu trago aqui alguns requerimentos de informação sobre a situação da comunidade Antônio Maria Coelho, sobre os impactos ambientais de atividades de mineração e siderúrgicas e sobre a logística desenvolvida em torno daquela comunidade localizada no município de Corumbá. Também passei pelo Paço do Lontra, conversando com pescadores e pessoas que trabalham no turismo. Lá perto tem

uma ponte, e de um lado dessa ponte as pessoas podem pescar e comer o seu peixe, podem levar para o hotel e comer o produto da pesca. Do outro lado, elas estão proibidas de fazer isso. Acontece que no lado em que elas estão proibidas de pescar é onde tem os hotéis. Então, as pessoas que pescam do outro lado também não podem chegar até o hotel com seu peixe, porque podem ser presas, podem ser criminalizadas por isso. Então, a população está sendo toda prejudicada, porque com o Decreto nº 15.908, de 8 de março de 2022, que foi publicado e que passou a valer recentemente, com a sua validação, a comunidade disse que diminuiu muito a quantidade de turistas, o que provocou um grande impacto econômico para, principalmente, as pequenas empresas de turismo da região, porque havia pessoas agendadas para os próximos períodos que estão desagendando e dizendo que não vão mais nesse espaço. Por outro lado, nós temos a indústria, o turismo do pesque e solte, que está valendo. Ou seja, o que a gente percebe é que um modelo econômico de turismo se sobrepõe a outro modelo. Aqueles que têm mais dinheiro estão tendo mais direitos e os que têm menos dinheiro estão tendo menos direitos. Por esse motivo, estamos também fazendo um questionamento ao Governo do Estado sobre qual a lógica desse modelo, qual a lógica desse decreto e dessa política que está trazendo impacto diretamente aos trabalhadores do turismo, aos pescadores que têm barco, que pegam pessoas para pescar. Esse pescador que vai fazer esse trabalho e que movimenta a economia local está sofrendo as consequências do decreto. E eu estou ouvindo reclamações em todo o estado, tanto na Bacia do Paraná como na Bacia do Paraguai, porque o turismo de pesca, principalmente o turismo de pesque e solte, é muito forte nessas regiões. Há denúncias constantes de vários pescadores, de vários lugares, que o pesque e solte traz prejuízos para o meio ambiente, na medida em que pesca-se o peixe, um peixe grande, retira-o para fora da água, machuca-o, deixa-o um tempo sem respirar e quando ele volta para água, ele volta machucado e as piranhas o matam e comem-no. O pescador não pode pescar, porque a lei o está proibindo de pescar e de comer esse peixe, mas a política do pesque e solte está liberada e permitindo que esse peixe seja machucado e comido pelas piranhas. Em outras palavras, as pessoas não podem, mas a piranha pode comer o peixe. Esse é o comentário que está rolando em torno desse decreto: o turismo do pesque e solte pode tudo e os outros não. Por que há essa diferenciação? Por que pode machucar o peixe, pode deixá-lo adoecido, mas não se pode comer esse peixe, que é parte da nossa cadeia alimentar natural? Os pescadores, uma profissão que todos nós sabemos que é muito antiga, durante milhares de anos pescaram e agora estão sendo acusados de acabar com os peixes. Seriam mesmo os pescadores que estão acabando com os peixes no rio? Seria mesmo a pesca, agora acusada de destruição do meio ambiente? Por que não temos coragem de apontar aquilo que realmente tem trazido prejuízo, ou seja, agrotóxico em excesso, modelo de desenvolvimento pautado em garantir lucro para os grandes empresários e prejuízo para a população? Estamos questionando este modelo de desenvolvimento que tem expulsado as pessoas das suas casas nas cidades, como acontece aqui em Ribas do Rio Pardo, com a chegada da indústria, com a chegada de trabalhadores que não são de Mato Grosso do Sul e que recebem os melhores salários, elevando o valor dos aluguéis na cidade, fazendo com que a população saia das suas casas e mudem-se para favelas. Estamos percebendo o prejuízo nesse modelo de desenvolvimento em que para os empresários há lucro e isenções fiscais de bilhões. Faço,

então, alguns requerimentos de informações para que o Governo explique que modelo é esse, o que ele pretende com isso e como está sendo feita também a fiscalização. Porque, no Passo do Lontra, o que ouvimos dos pescadores é que a fiscalização é muito severa com os pescadores e com o pequeno proprietário do turismo, dono de um barco, mas para o pesque e solte a fiscalização não está funcionando na medida em que deveria também, o peixe está sendo machucado e não há uma política de preservação do meio ambiente, de cuidado. Então, se a regra não é para todos, ela não pode existir. Existem preferências e a fiscalização também está preferindo quem ela quer fiscalizar. Esperamos que o Governo do Estado nos dê respostas que sejam baseadas na ciência, que sejam baseadas em dados e em números que expliquem, de fato, o que está acontecendo, porque temos preocupações sérias com o futuro do Estado de Mato Grosso do Sul e esse modelo de destruição também traz consequências sérias para nós e para nossa família. Muito obrigada.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, o aparte é apenas para solicitar autorização de Vossa Excelência para que eu possa rapidamente ler com muita tristeza uma moção de pesar do falecimento do tenente-coronel da Polícia Militar da reserva, senhor Antônio Alves Guimarães, conhecido no meio literário como o poeta Guimarães Rocha, que nos deixou na data de hoje e sem dúvida nenhuma vai deixar um vazio imensurável na nossa instituição da Polícia Militar, mas sobretudo também no campo cultural de Mato Grosso do Sul. Guimarães Rocha, além de tenente-coronel da Polícia Militar, era membro da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, ocupando a cadeira número 4 e construiu esse patrimônio inestimável dentro da cultura literária de Mato Grosso do Sul. Então, senhor presidente, fica aqui a minha tristeza de ler uma moção de uma pessoa amiga e que fez muito pela Polícia Militar e também pela cultura de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Deputado Coronel David, eu quero me somar a Vossa Excelência. Se Vossa Excelência permitir, eu gostaria de também assinar a moção, até porque eu conhecia o Guimarães Rocha.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, peço que possamos assinar em nome da Casa, se o deputado Coronel David concordar.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Posso transformar em nome da Casa, deputado? Então, autorizado pelo autor, transformamos essa moção de pesar para ser em nome da Casa.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, pela ordem!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, pela ordem, deputado Júnior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Gostaria de agradecer também a presença do presidente da Câmara do Município de Aparecida do Taboado, vereador Ber Galter, prestigiando a nossa Sessão. Quero fazer um agradecimento especial: é tão bom receber alunos e estudantes prestigiando e acompanhando as nossas sessões! Agradeço, então, a presença dos estudantes do primeiro ano do ensino médio da Escola Estadual Senador Filinto Muller, do querido do município de Fátima do Sul, que vieram a convite do nosso presidente, deputado Gerson Claro. Agradeço também a presença dos professores Ana Paula Menezes, Wagner Cordeiro, Osmar de Fátima e Bruno Fiorino da Silva. Disse a eles que tive a satisfação de ser professor substituto por alguns momentos nessa escola. Eu morava a uma quadra da escola e dividia a casa com um professor de Educação Física, o professor André, meu saudoso amigo. É uma escola de que as meninas fátima-sulenses aqui também têm essa lembrança...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Queria fazer uma pergunta a Vossa Excelência. Foi uma experiência maravilhosa essa de o senhor ser professor, até porque Vossa Excelência é professor e sabemos disso. Muito importante para Fátima do Sul, ainda mais naquela escola. Fico feliz em saber essas informações, mas foi no século passado, não é deputado?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Foi no século passado, infelizmente, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Na sequência, está inscrito no Grande Expediente, o deputado Joao Henrique Catan. Vossa Excelência disporá de 30 minutos, nobre deputado, 33 minutos, na verdade. Antes de Vossa Excelência começar, gostaria de citar Claudia Padim, nossa vereadora do município de Aparecida do Taboado; Edson Lorengo de Freitas, o Pinduca, de Aparecida de Taboado; Leonardo Flavio Pereira de Oliveira, o Leo da Jamel, vereador do município de Japorã; Adriana Martins, vereadora do município de Japorã; Gilberto Mortene, também de Japorã; Heberon Galter Custódio, o Ber Galter; Ademir da Gaúcho, da relojoaria de Alcinópolis, nosso companheiro; Alcir Dias, vereador do município de Alcinópolis. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa. Com a palavra, o deputado João Henrique. Desculpe, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, bom dia! Bom dia ao público que nos assiste e nos acompanha pelas redes sociais. Venho hoje, senhor presidente, a esta tribuna, relatar um fato infeliz que aconteceu e que considero particularmente de grande importância para esta Casa, porque se reveste em verdadeiro atentado à democracia, à liberdade de expressão, à garantia suprema e constitucional à imunidade formal e material que têm os parlamentares desta Casa. Senhor presidente, ontem a mídia nacional, O Estadão, UOL, Poder 360, Terra, Jornal de Brasília e outros portais de notícia repercutiram uma decisão liminar da Justiça

Eleitoral, que o governador Eduardo Riedel teve a preocupação, junto com seu partido, de solicitar a retirada de um vídeo que resumia algo que muito preocupou os comerciantes e continua preocupando, que é um programa chamado Regularize Já!, que é o "persiga já", que até agora não tem resolução, no qual governador levantou um débito e um passivo desses empresários e não suspendeu o programa. Simplesmente fez uma engenharia contábil, ou de informática, e substituiu a aba dos débitos e por enquanto não está ativamente mais cobrando. O que é esquisito, porque a resolução existe, é verídica, não fui eu que inventei, não fui eu que persegui. Aliás, fui eu quem combati. Mas, senhor presidente, é muito estranho, porque o advogado do governador é um desembargador, um ex-desembargador que acabou de pedir exoneração, a gente viu acontecendo dentro do Tribunal de Justiça. E esse desembargador pediu o seu afastamento, o que é um fato novo. E, por sua competência certa, passou a advogar, em menos de 40, 60 dias, de volta dentro da justiça eleitoral. Fato é que é relação de trabalho, competência, atuação, escolha livre do governador. Mas fato é também que esse advogado patrocinou, a pedido do governador, senhor presidente, uma ação para que cassassem o meu mandato que conquistei em 2018, e cassassem meus direitos políticos em um mandato conquistado na minha reeleição, por oferecer nesta tribuna críticas contundentes, verídicas, defendendo meus valores e princípios, os quais não negócio com governador, não negócio com o Governo, e tenho atestado moral para dizer que nós, desde o primeiro minuto desse Governo, combatemos todas as irregularidades, todos os desvios, todas as sacanagens da Polícia Federal (às vezes mais lenta do que nós, porque nós parlamentares fazemos a denúncia e eles investigam, mas chegaram ao Parque dos Poderes). Queria eu, senhor presidente, colegas parlamentares, que esta Casa tivesse realmente a proteção da imunidade formal e material. Porque percebam, o vídeo dos intocáveis, senhor presidente, colega Coronel David e colega Caravina. É uma peça de fiscalização e cobrança sobre a qual o Supremo Tribunal Federal recebeu críticas contundentes para que pudesse tirar do ar, mas o Supremo não tirou do ar e a Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul retirou o nosso primeiro episódio que tratava do Regularize Já. E é estranho e Vossas Excelências precisam prestar atenção, deputado Lucas de Lima, Vossa Excelência, comunicador que é, porque é um vídeo de março e que foi retirado numa decisão provisória, liminar (e liminar se presume aquilo que é urgente), sendo que em março nós nem teríamos a competência da Justiça Eleitoral porque nós não estamos em período de pré-campanha. Aliás, não existe legalmente a data determinada como de pré-campanha para que um vídeo que não faz pedido direto de voto, um vídeo verídico, um conteúdo crítico que foi trazido a esta tribuna e provocou o Governo a voltar atrás naquilo que seu secretário adjunto, seus dirigentes da Secretaria de Fazenda foram obrigados a desdizer em razão dessas denúncias e dessas críticas. E percebam um entendimento de que não tinha uma marca d'água e uma tarjeta dizendo que o vídeo foi criado com utilização de programas de computadores, o que é feito em todos os vídeos institucionais ou não. Agora percebam a gravidade. Quantas vezes os desembargadores, os juízes dizem que entrando com uma liminar de algo que já se consolidou no tempo, falta o requisito maior que é demonstração de urgência, de contemporaneidade. Nós estamos falando de março. Olha o perigo desse precedente, se não há uma determinação, se não há uma regulamentação de que existe aplicação da Justiça Eleitoral na pré-campanha. Quem é que garante a Vossas Excelências que esse mesmo precedente não vá buscar,

deputado Junior Mochi, um vídeo de críticas ao governador, de sátira, de um ano, dois anos, três anos atrás? Quem é que diz que sequer haveria pré-candidatos seis meses atrás, um ano. Percebam que os parlamentares são protegidos pela imunidade formal no artigo 53 da Constituição Federal, que diz que nós somos invioláveis, que nós somos imunes pelas nossas palavras, votos e ações em decorrência do exercício parlamentar. E esse vídeo referido tratava de uma cobrança, tratava da divulgação, da difusão de algo que o Governo alterou, porque não aguentou conviver com a cobrança solitária que este parlamentar fez aqui nesta tribuna. Percebam! Eu vou utilizar os meios legais e devidos para combater essa decisão, mas gostaria de compartilhar com Vossas Excelências que esse vídeo teve uma audiência de mais de quatrocentas mil visualizações medidas e outros passaram de um milhão de visualizações. Proibir a charge, proibir a crítica, proibir a sátira é, sem sombra de dúvidas, um ataque à liberdade de expressão, um ataque à democracia, um ataque ao direito de liberdade, de manifestação do pensamento que não é só um direito do parlamentar, é um direito de qualquer um, porque, sinceramente, constitui modalidade de censura prévia. Vejam, Vossas Excelências, que o governador, não aguentando ver a repercussão nacional, correu às mídias nacionais para dizer que ele não tem nada a ver com isso. Ele não está preocupado com a Meta, com o Tik Tok e com a Inteligência Artificial, em que pese tenha copiado nossos projetos, inclusive de Inteligência Artificial, inclusive de programas regionais de aviação, inclusive a CNH Social, entre diversos outros que nós trouxemos e foram simplesmente copiados, sem o devido crédito. Mas vejam que os nossos vídeos têm a comprovação da execução e da audiência, enquanto a mídia podre, a mídia marrom, que está se prestando a um de serviço de perder o seu crédito, está recebendo publicidade oficial do Governo do Estado para que promova esses ataques contra a única voz que ficou aqui desde o primeiro minuto em oposição aos desmandos do governo do Eduardo Riedel. E digo isso porque também fiz a minha denúncia na Justiça Eleitoral, demonstrando que o gasto de publicidade do Governo do Estado, segundo a lei eleitoral, artigo 73, que estabelece uma média para que o Governo, no período de seis meses que antecede as eleições, fica impedido de gastar seis vezes a média dos últimos três anos. Quero dar um dado para vocês: o Governo poderia gastar 40 milhões e 800.000 reais e já empenhou valores que praticamente superam a licitação da Segov. Os valores do Portal da Transparência estão praticamente estourados em 99,27%, no último lançamento atualizado. A UEMS, que faz parte da administração, ultrapassou em 174%; a Agems, que nós estamos demonstrando na Justiça a necessidade da retirada imediata do seu presidente por falta de preenchimento dos requisitos da lei estadual, estranhamente ultrapassou 208% daquilo que poderia gastar com publicidade; também a Sanesul, a MS Gás, entre outros. Rogo à Justiça Eleitoral, rogo à Justiça estadual que tenham o mesmo interesse e a mesma pressa para apurar o que acontecia dentro da Agesul. Está acontecendo totalmente um desvio de finalidade e daquilo que deveria acontecer na transferência de recursos públicos, com prioridade para a Fiems e tentativas de bloqueio a fiscalizações desta Casa. Rogo para investigar o que acontece dentro da Cassems, porque tenho denunciado há mais de 4 anos que iriam chegar nessas condições, pessoas morrendo e os servidores públicos do Estado pagando a conta. Rogo para que nós possamos entender o que acontece dentro do Imasul, que obrigou a troca do sistema chamado Siriema e a obrigação, o acinte, o consentimento do Eduardo Riedel em aceitar a Lei do Pantanal imposta pelo Governo Federal do PT, do

Lula, para que não tivesse uma intervenção dentro do Imasul. Rogo, senhor presidente e colegas, que nós comecemos a entender porque as mesmas agências de publicidade, ou seja, a 8020, a Novo Engenho, a Arte e Traço, a Agilitá, são sempre as ganhadoras da publicidade do Estado. E rogo saber por qual motivo violam a lei e não dizem quais são os veículos beneficiários e, principalmente, qual é a audiência desses veículos para que recebam valores muito maiores do que aqueles que tradicionalmente deveriam receber, pois já tenho o pedido de inserção nas minhas mãos, ou seja, uma audiência fajuta, enquanto as nossas denúncias são públicas e estão nas nossas redes para quem quiser ver e fiscalizar. Eu não vou fazer, senhor presidente, igual ao governador do estado, que patrocina essas mídias para que façam ataques e depois diga: "Não sei o que está acontecendo. Ora, eles estão falando em meu benefício, mas eles estão fazendo isso porque são bondosos...". Corte a verba de publicidade desses veículos e eu quero ver se eles vão ter a mesma vontade de trabalhar, a mesma sagacidade de cobrar, perseguir e denunciar quem quer que seja, senhor presidente. Eles estão recebendo, senhor presidente. Mas agora demonstramos na Justiça Eleitoral que todo trabalho realizado vai sofrer um calote, igual recebeu a Ol, igual recebeu a Claro, igual recebeu a Sanesul, do governador Eduardo Riedel, porque ele já gastou, empenhou, mais do que ele poderia pagar para o período eleitoral. Combatarei os intocáveis que tentaram derrubar e atrapalhar a divulgação daquilo que acontece de maneira intocável no Estado de Mato Grosso do Sul. Combatarei, senhor presidente, todos os intocáveis deste estado. Então, eu subo aqui, com muita tranquilidade, com muita segurança, sabendo que eu poderia ter um caminho mais fácil, mas aprendi com as adversidades e dentre elas não me foi ensinada a vida com covardia, e isso me motiva, isso me encoraja a derrubar os intocáveis do nosso Estado de Mato Grosso do Sul. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Resolução nº 021/2026. Autora: Mesa Diretora (2025-2026), e coautoria da deputada Mara Caseiro. "Altera a Resolução nº 65, de 17 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o 'Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul', para criar a Procuradoria Especial da Mulher". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. A Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Consulto o Plenário acerca da possibilidade de dispensa da segunda discussão por já constarem todos os pareceres necessários. Não havendo oposição, dou por aprovada a dispensa da segunda discussão. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Senhores deputados, está disponível para votação no painel o projeto. Solicito ao deputado Paulo Duarte que assuma a segunda-secretaria. Hoje é o dia dos Paulos.

Projeto de Lei nº 021/2026, de autoria da Mesa Diretora e coautoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Senhor presidente, foram 13 votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 270/2025. Autor: deputado Coronel Davi. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul a campanha Abril Verde e Amarelo". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Para discutir, o autor.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, a nossa intenção, ao propor esse projeto de lei, foi oportunizar termos um mês dedicado às ações de conscientização, a fim de que nós pudéssemos tratar da importância e da legitimidade da propriedade privada, ligando isso também à função social que as propriedades devem ter, além de reconhecer um direito fundamental que é extremamente importante para a atividade sustentável aqui de Mato Grosso do Sul.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Disponível para votação no painel, senhores deputados. Cito a presença da minha amiga Helieth Feitosa, a Neguinha do PT, vereadora do município de Mundo Novo; do Havan Luiz Pará Júnior, o Juninho Moraes, vereador do município de Cassilândia; do Marcelo Mourão, vereador do município de Dourados. Sejam todos bem-vindos à nossa Casa. Em votação.

Projeto de Lei nº 270/2025, de autoria do deputado Coronel David.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Não.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário, deputado Paulo Duarte.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Foram 11 votos favoráveis e 2 votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº Autora: deputada Gleice Jane. "Declara de utilidade pública estadual a Associação da Rede Feminina de Combate ao Câncer do município de Anastácio, Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Professor Rinaldo. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00031/2026, de autoria do deputada Gleice Jane

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Solicito o resultado da votação, deputado Paulo Duarte.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Foram 12 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em discussão única e votação simbólica. Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Peço vistas do Requerimento nº 1358/2026.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Concedido o pedido de vistas ao deputado. Item 5. Em discussão e votação simbólica. Um requerimento, onze indicações, uma moção de apoio. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Declaro encerrada a presente Sessão. Está encerrada (10h54min).